

**MESA-REDONDA – SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO**

**PERSPECTIVA HISTÓRIA NO ACESSO À EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL**

Silvia Helena Andrade de Brito

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A mesa redonda tem como tema a relação intrínseca entre o acesso à educação e o desenvolvimento social, numa perspectiva inclusiva e democrática. O objetivo geral da discussão é evidenciar, na história da educação, os avanços e impasses para a construção de uma educação socialmente referenciada no Brasil. Nesse sentido, três abordagens desse objeto serão apresentadas. Na primeira delas, denominada “A educação escolar no Brasil: direito das crianças e adolescentes e dever do Estado”, a Profa. Dra. Regina Teresa Cestari de Oliveira (UCDB) problematiza o direito à educação e a forma como esse direito foi se constituindo, historicamente, considerando o papel do Estado, expresso por meio dos distintos textos constitucionais, em particular aqueles construídos no período republicano da história da educação escolar no Brasil. Destaque-se que a autora discute igualmente os entraves socio-históricos para a realização desse direito, que ora foi garantido para uma certa faixa etária, ora para uma certa etapa da escolarização, etc, chegando até o atual Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014. O segundo debate tem como foco o ensino secundário, e intitula-se “Dualidade e seletividade: marcas da desigualdade social na educação secundária brasileira (1931-1961)”. Nele, a Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha (UFGD) toma como preocupação o ensino secundário que, como posto no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e nos documentos estatais entre os anos 1930-1940, tinha como marcas seu caráter seletivo, já que foi pensado primordialmente para a formação das assim chamadas “elites condutoras”. Nesse sentido, a autora examina, na forma como se materializou a escola secundária no Brasil, em seus marcos legais e na sua organização didática, as marcas de seletividade ainda presentes nessa etapa da escolarização, elemento primordial para se entender os problemas ainda hoje postos em termos de acesso e permanência, tanto na segunda etapa do ensino fundamental, como no ensino médio (denominados respectivamente como curso ginasial e curso colegial, até 1970). Finalmente, o terceiro expositor, o Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (UEMS) aborda o papel de uma das mais importantes instituições no campo da educação confessional, presente em toda a história da educação na sociedade capitalista, a Igreja Católica. Como foco, examina a ação educativa católica no Brasil a partir do século XIX, em especial o Ultramontanismo. Pensando em termos de direito à educação, a problematização se volta para o papel da Igreja Católica no sentido de alargar as oportunidades de acesso e permanência no contexto da educação escolar, em especial quando se trata da criação e manutenção de escolas confessionais. Dito de outra forma,

que sentidos ganha a educação católica num momento histórico de alargamento das funções do Estado no campo educativo, como aquele que se abriu no Brasil a partir do período republicano? Tais elementos podem ser esclarecedores para se pensar os desafios postos à educação escolar hoje, considerando-se que os mesmos sejam, conforme levantado por Dermeval Saviani em seu texto “O legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro”, heranças que ainda permanecem presentes na educação do Brasil, no século XXI. No caso da educação infantil, tratada na intervenção de Oliveira, a pré-escola atingiu 91,7% da população entre 4 e 5 anos, segundo o INEP, em 2017. Apenas 32,7% das crianças entre 11 meses e 4 anos, no entanto, se encontravam no mesmo ano sendo atendidas em creches, pelos dados do INEP. Esse com certeza continua sendo, portanto, um dos legados a serem enfrentados pela educação brasileira, nos anos vindouros. No caso da última etapa da educação básica, o atual ensino médio, problematizado por Pessanha, um olhar para sua trajetória histórica pode ser importante para que sejam avaliados tanto a ampliação do atendimento, quanto as propostas, aprovadas em 2018, referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, enquanto foram registradas 27,2 milhões de matrículas no ensino fundamental em 2018, no mesmo ano, de acordo com o INEP, o ensino médio apresentou 7,7 milhões de matrículas. Parte desse recuo das matrículas no ensino médio se deve exatamente à queda das matrículas no 9º ano do ensino fundamental, que vem decrescendo desde 2014. Percebe-se, portanto, que embora tenha havido ganhos no acesso ao ensino médio, o caráter seletivo desta etapa da escolarização permanece. O processo de evasão que se evidencia entre a conclusão do ensino fundamental e o ensino médio, contudo, se tornou questão ainda mais polêmica à medida em que foi um dos elementos centrais que levou o Estado a impor o que denominou de “novo ensino médio”, primeiro por meio da Medida Provisória n. 746/2016, que se transformou na Lei 13.415/2017; acrescida da Resolução n. 3/2018, do Conselho Nacional de Educação, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e da Portaria n. 1432/2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos. Ora, este conjunto legislativo, ao estabelecer um núcleo básico comum (no qual somente estão assegurados, de fato, o ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa) que seria complementado por distintos itinerários formativos – incluída aí a formação profissionalizante – vai de encontro à proposta de uma escola básica comum, portanto unitária, de formação geral e laica, que permitisse, dessa forma, combater o caráter seletivo que se imprimiu, historicamente, à escolarização no Brasil. Daí a importância de se pensar, em termos históricos, como tais problemas vem se colocando no país, e quais as reflexões que esse olhar ao passado nos abre, numa perspectiva de embates a serem enfrentados no presente e desafios para o futuro.